

**A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES SOB A  
PERSPECTIVA SÓCIO-HISTÓRICA DOS ARTIGOS CIENTÍFICOS  
RELACIONADOS À TEMÁTICA.**

Ana Priscilla Christiano<sup>1</sup>

Henrique Zanon<sup>2</sup>

Jéssica Pedrosa Mandelli<sup>3</sup>

Lisnéia Aparecida Rampazzo<sup>4</sup>

Mirtes Viviani Menezes<sup>5</sup>

O objetivo desta pesquisa é analisar estudos científicos, veiculados em meio virtual (Internet), que relacionam a violência sexual contra crianças e adolescentes a questões educacionais. Foram selecionados três artigos para análise: retirado da revista *Interação em Psicologia* e revista *Estudos de Psicologia de Campinas*. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, do tipo documental. O estudo documental fornece ao investigador a possibilidade de informação através de análise teórica de material pré-selecionado de acordo com os objetivos aos quais a pesquisa se propõe. Após a leitura dos três artigos, foram especificadas duas categorias de análise: a visão da violência sexual contra crianças e adolescentes apresentada nos textos e o papel do professor frente aos casos de violência sexual. Como referencial teórico buscou-se autores que compreendessem a criança e o adolescente em seu contexto histórico e social, assim como autores que trouxessem reflexões sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes na contemporaneidade. Concluiu-se que os artigos analisados trazem considerações importantes e pertinentes sobre a temática da violência sexual e da atuação da escola e do professor estimulando o leitor a refletir sobre estes assuntos. Entretanto todos apresentaram informações incompletas no que se refere à contextualização da infância e da violência sexual na atualidade.

**Palavras-Chave:** Violência Sexual; criança e adolescente.

---

<sup>1</sup> Psicóloga da Secretaria Municipal da Mulher, mestre em Psicologia pela UNESP – Assis, Professora da Universidade Estadual de Londrina

<sup>2</sup> Graduando em Psicologia pela UNIFIL, estagiário de Psicologia da Secretaria Municipal da Mulher

<sup>3</sup> Graduanda em Psicologia pela UNIFIL, estagiária de Psicologia da Secretaria Municipal da Mulher

<sup>4</sup> Psicóloga da Secretaria Municipal da Mulher, mestre em Serviço Social pela UEL, Professora da Universidade do Norte Paranaense (UNOPAR)

<sup>5</sup> Psicóloga da Secretaria Municipal da Mulher, mestre em Educação pela UEL.

## **1 - A violência sexual contra crianças e adolescentes: aspectos teóricos**

O interesse pela temática da violência sexual contra crianças e adolescentes surgiu a partir da atuação da equipe do Centro de Atendimento à Mulher (CAM) e da Casa- Abrigo da Secretaria Municipal da Mulher - órgãos pertencentes à Prefeitura Municipal de Londrina – que prestam atendimento social e psicológico a mulheres em situação de violência.

Durante o período de atuação nestes serviços, foi possível observar o grande número de suspeitas, relatos e confirmações de casos de abuso sexual de crianças e adolescentes.

A partir deste contato com a realidade da violência intrafamiliar, doméstica e sexual, realizada contra as crianças e adolescentes que passaram pelo CAM ou pela Casa-abrigo, surgiram vários questionamentos, como por exemplo: desde quando estas crianças vêm sofrendo abusos? Quais os sinais de pedido de socorro que elas emitiram para os adultos que faziam parte de seu contexto (escolas, UBS, Igrejas)? E na escola, como eram os comportamentos, ninguém suspeitou de nada? Quais providências foram tomadas quando surgiram as primeiras suspeitas? E a aprendizagem escolar? Estava ocorrendo de forma adequada ou tinha sido prejudicada pelos constantes episódios de violência?

Todas estas indagações borbulhantes vieram à tona, durante o curso de especialização em Psicopedagogia, de uma das psicólogas da equipe. Surgiram então as primeiras reflexões sobre o papel da escola, e em especial do professor, junto aos problemas de aprendizagem e demais manifestações ditas “problemáticas” dentro do contexto educacional.

Durante o levantamento bibliográfico foram encontrados artigos que, de alguma forma, mencionavam a importância de explorar as questões do contexto escolar que possam relacionar-se em maior ou menor grau com a violência sexual.

No entanto, contatou-se que estes textos eram escassos, ficando restritos a alguns núcleos de pesquisa como os existentes na Universidade Federal de São Carlos, no Instituto de Psicologia ligado a Universidade de São Paulo ou ainda na FIOCRUZ, o que levanta a hipótese de que possivelmente não estão sendo realizadas muitas pesquisas relacionando estes dois temas tão pertinentes.

Concordando com autoras como Azevedo e Guerra (1995) e Saffioti (1997) para as quais, ainda hoje, as publicações nacionais sobre o assunto parecem não ser vastas e as discussões por vezes mostram-se ambíguas ou incompletas não levando em consideração os diversos fatores que envolvem a questão da violência, percebeu-se a importância de abordar a violência doméstica e em especial a violência sexual, analisando-se estudos científicos, veiculados em meio virtual (Internet), que relacionem este tema às questões educacionais.

Assim, a partir de um levantamento de textos que abordassem o tema da violência sexual contra crianças e adolescentes, foram encontradas publicações na área de saúde, educação, ciências sociais, cujo referencial pertencia a diferentes abordagens, como o marxismo, a psicanálise e a teoria cognitivo-comportamental. Observou-se que as obras sobre o tema iniciaram-se no final da década de 80 e aumentaram consideravelmente no decorrer da década de 90 e neste início do século XXI.

Os primeiros autores nacionais a abordarem a questão já haviam ganhado destaque entre a década de 70 ou 80 por seu envolvimento com as questões de gênero e de violência contra a mulher, como é o caso de Saffioti (1997), Azevedo (1985) e Azevedo e Guerra (1988) e trazem uma visão ligada a uma perspectiva social da violência pautada em estudiosos europeus da Escola de Frankfurt ou da escola francesa.

Já Ruiz (1985, *apud* LEMOS, 2003) discutiu que dois modelos teóricos destacaram-se nos estudos sobre a violência contra crianças e adolescentes: o modelo psicopatológico e o modelo social. Lemos (2003), respaldada nas conclusões desta autora, afirma que:

A concepção psicopatológica funciona através do pressuposto de que as relações familiares dos pais, os “traumas” que os acompanhariam referentes aos acontecimentos da infância deles se refletiriam na Educação que dariam aos filhos. Portanto, em uma relação causal, pais que foram abusados na infância por seus familiares, também, desenvolveriam modos abusivos de relacionarem-se com sua prole. Já, a concepção social atribui os maus-tratos aos fatores sócio-econômicos, como desemprego, a baixa renda e ao curto período de educação escolarizada dos pais. Para esta autora, esses olhares seriam reducionistas, pois as relações abusivas deveriam ser enfocadas por múltiplos aspectos: os culturais, os sociais, os econômicos, os psicológicos e os biológicos (p. 133).

Quanto a definição da violência, Marilena Chauí (1985) a entende, não como violação ou transgressão de normas, regras e leis, mas como uma conversão de uma diferença e de uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdade, com fins de dominação, de exploração e opressão e numa segunda perspectiva, como a ação que trata um ser humano não como sujeito, mas como coisa. Esta se caracteriza pela inércia, pela passividade e pelo silêncio de modo que, quando a atividade e a fala de outrem são impedidas ou anuladas, há violência (CHAUÍ, 1985).

Araújo (2002) assume outra concepção e informa que a violência intrafamiliar ocorre na família, envolvendo parentes que vivem ou não sob o mesmo teto, ressaltando que a probabilidade de ocorrência seja maior entre parentes que convivem cotidianamente no mesmo domicílio.

Azevedo e Guerra (1995) definem a violência doméstica contra crianças e adolescentes como:

Todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e/ou adolescentes que – sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima – implica de um lado, numa transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, numa coisificação da infância, isto é, numa negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento (p.36).

Saffioti (1997) faz algumas considerações a respeito desta definição e propõe que as relações sociais são estabelecidas tanto pelas relações de classe quanto pelas questões de gênero enquanto relações de poder, não devendo estas últimas ser menosprezadas, visto que têm papel preponderante na produção da violência social, interpessoal e familiar; o que explica sua proposta de usar o termo violência de gênero para abarcar mulheres, crianças e adolescentes, meninas e meninos.

Quanto a violência sexual, Azevedo e Guerra (2000) a entendem como sendo:

[...] todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual entre um ou mais adultos e uma criança menor de 18 anos, tendo por finalidade estimular sexualmente a criança ou utiliza-la para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa (AZEVEDO; GUERRA, 2000).

Estas autoras ainda argumentam que quando se trata de violência doméstica podemos substituir o termo *adulto* por pais, responsáveis ou familiares; e que o abuso-vitimização sexual pode ocorrer envolvendo contato físico (carícias, beijos, até a relação sexual) ou não (como no voyerismo ou cantadas obscenas), com ou sem emprego de força física (AZEVEDO; GUERRA, 1995).

Azevedo e Guerra (2000) consideram também como abuso-vitimização sexual “... as experiências entre uma criança de doze anos e menos e uma outra pessoa com menos de dezoito anos, mas que seja, no mínimo, cinco anos mais velha que a criança...” (p.43).

O abuso sexual está relacionado com o poder, coação e/ou sedução e envolve duas desigualdades básicas: a de gênero e a de geração (ARAÚJO, 2002).

Outro autor que trata do abuso sexual é Gabel (1997), para o qual:

[...] o abuso sexual supõe uma disfunção em três níveis: o poder exercido pelo grande (forte) sobre o pequeno (fraco); a confiança que o pequeno (dependente) tem no grande (protetor); e o uso delinqüente da sexualidade, ou seja, o atentado ao direito que todo indivíduo tem de propriedade sobre seu corpo (p. 5).

A partir de reflexões respaldadas na teoria psicanalítica Faiman (2004), define o abuso sexual enquanto todo o relacionamento interpessoal no qual a sexualidade é veiculada sem o consentimento válido de uma das pessoas envolvidas, não existindo uma relação direta com a violência física.

Cohen (1997) defende que o abuso sexual intrafamiliar está relacionado ao grau de parentesco entre a vítima e o agressor e identifica algumas formas deste fenômeno como: o incesto pai-filha, padrasto-enteada, avô-neta, pai-filho, tio-avô-neta, tio- sobrinha, fraternal, mãe-filho, mãe-filha e avó-neta.

Furniss (2002) coloca que o abuso sexual da criança é tanto uma questão normativa e política quanto clínica, possuindo importantes aspectos sociológicos e antropológicos. As definições normativas relacionam-se a práticas aceitáveis ou inaceitáveis de educação da criança e à posição desta em diferentes sociedades. Elas descrevem as normas, limites e fronteiras do comportamento apropriado e aceitável dos adultos em relação à criança.

A autora define a exploração de crianças e adolescentes como:



## II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO SEXUAL - II SIES

Gênero, Direitos e Diversidade Sexual: Trajetórias Escolares

28, 29 e 30 de abril de 2011

MARINGÁ - PR



ISSN 2177-1111  
www.sies.uem.br

[...] o envolvimento de crianças e adolescentes dependentes, imaturos desenvolvimentalmente, em atividades sexuais que eles não compreendem totalmente, às quais são incapazes de dar consentimento informado e que violam os tabus sociais dos papéis familiares, além disto, objetivam a gratificação das demandas e desejos sexuais da pessoa que comete o abuso. (p.12).

Esta mesma autora, assim como Azevedo e Guerra (1995), afirma que o dano psicológico do abuso sexual da criança/adolescente pode estar intrinsecamente relacionado à idade do início do abuso, a duração do abuso, o grau de violência ou ameaça de violência, a diferença de idade entre a pessoa que cometeu o abuso e a vítima, o grau de relacionamento entre a vítima e o abusador, a ausência de figuras parentais protetoras e o grau de segredo.

Os estudos de Ana Freud aparecem em Furniss (2002) que cita esta estudiosa:

[...] no abuso sexual da criança, esta não pode evitar ficar sexualmente estimulada e essa experiência rompe desastrosamente a seqüência normal da sua organização sexual. Ela é forçada a um desenvolvimento fálico e genital prematuro, enquanto as necessidades desenvolvimentais legítimas e correspondentes expressos mentais são ignorados e deixados de lado (p.14).

No que se refere aos sintomas apresentados pelas vítimas de violência sexual, Finkelhor (1993, *apud* AMAZARRAY; KOLLER, 1998) destaca que em crianças em idade escolar, os sintomas mais comuns são: medo, distúrbios neuróticos, agressão, pesadelos, problemas escolares, hiperatividade e comportamentos regressivos. Na adolescência cita como sintomas: depressão, isolamento, comportamento suicida, auto-agressão, queixas somáticas, atos ilegais, fugas, abuso de substâncias, comportamento sexual inadequado, baixa auto-estima e percepção distorcida de si mesma.

Outro sintoma citado na literatura é o comportamento sexualizado inadequado à idade que consiste em: brincadeiras sexualizadas com bonecas, introdução de objetos ou dedos nos órgãos genitais, masturbação excessiva ou em público, comportamento sedutor, conhecimento sexual inapropriado para a idade e pedido de estimulação sexual aos adultos ou a outras crianças. (AMAZARRAY; KOLLER, 1998)

Quanto ao sentimento de culpa das crianças e adolescentes, Furniss (2002) revela que este, origina-se do senso equivocado de responsabilidade, e da idéia de ter sido uma participante do abuso. Em boa parte dos casos, este sentimento é reforçado pelo agressor através de ameaças de que a criança será responsável pelas por todos os problemas que causará se relevar o abuso.

Essas ameaças podem ser de violência, castigo, e até de um ganho secundário, como a de um tratamento especial, dificultando assim a revelação do abuso e contribuindo para a manutenção do segredo.

Gabel (1997) ressalta que a não revelação do abuso por parte da criança transmite, além do medo das conseqüências, a falta de confiança no adulto, ou seja, a incapacidade dos adultos de protegê-la da violência de seu agressor e a falta de valorização de sua palavra.

A criança que mantém o segredo do abuso pode adaptar-se a essa situação, ou seja, o abuso pode tornar-se um evento aparentemente normal e a criança fará adaptações psíquicas prejudiciais ao seu desenvolvimento.

Segundo Gabel (1997) as conseqüências dos abusos sexuais intrafamiliares são em geral mais graves do que os abusos extrafamiliares, pois provocam na criança uma confusão em relação às imagens parentais: o pai deixa de desempenhar um papel protetor e representante da lei e a mãe mostra-se omissa e impotente.

Amazarray e Koller (1998) afirmam que mesmo a criança que não apresenta sintomas aparentes merece atenção, pois as conseqüências do abuso podem manifestar-se a longo prazo.

Quanto à intervenção, encontrou-se em Scherer e Scherer (2000) que o abuso sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes deve ser enfrentado nos três níveis de prevenção, sendo que no nível terciário há a necessidade de identificação dos casos, avaliação, diagnóstico e tratamento, apoio psicossocial, fortalecimento das relações familiares para que sejam capazes de educar e proteger suas crianças.

Os programas devem incluir equipe com profissionais qualificados e envolvidos diretamente na defesa da criança na perspectiva individual, familiar, comunitária e social (Scherer; Scherer, 2000).

Amazarray e Koller (1998) chamam a atenção ao fato de que:



## II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO SEXUAL - II SIES

Gênero, Direitos e Diversidade Sexual: Trajetórias Escolares

28, 29 e 30 de abril de 2011

MARINGÁ - PR



ISSN 2177-1111  
www.sies.uem.br

A intervenção legal, desconhecendo os aspectos psicológicos do abuso sexual e as necessidades terapêuticas da criança e das famílias disfuncionais, acaba produzindo um dano psicológico à vítima. Por outro lado, os profissionais da saúde mental, negligenciando os aspectos legais do abuso (proteção à criança e prevenção adicional do crime), também contribuem para o aumento do dano psicológico sofrido pela criança. Ainda, se os profissionais da saúde não denunciarem a ocorrência do crime ou desconsiderarem sua possível existência, estarão perpetuando o abuso sexual, colaborando com a síndrome de segredo do mesmo e levando adiante uma terapia que não tem valor nenhum para minimizar o impacto físico e psicológico do abuso sexual na criança (p.12).

Furniss (2002) coloca que a revelação do abuso sexual da criança conduz geralmente ao envolvimento de um grande número de diferentes profissionais e instituições. Intervenções não coordenadas podem conduzir a um dano maior do que o abuso original, tanto nos relacionamentos familiares quanto na própria criança.

Quanto à incidência da violência sexual, Azevedo e Guerra (2000) informam que é possível considerar que o abuso não se restringe às camadas pobres, ocorrendo em todas as camadas sociais, em todas as etnias e credos religiosos. Ocorre em grande parte das vezes dentro do lar e apesar de acontecer também com meninos, acomete mais as meninas.

Para Cohen (1997), apesar da grande dificuldade na identificação dos casos de abuso sexual intrafamiliar e na notificação dos mesmos, as pesquisas realizadas nacionalmente e internacionalmente indicam que o incesto pai-filha pode ser considerado a forma de abuso sexual mais comum.

Desta forma, fica claro, a partir da literatura levantada sobre o tema, que o abuso sexual traz conseqüências desastrosas para a vida de qualquer criança ou adolescente e que sua identificação por adultos a eles vinculados pode ser determinante para que estas crianças e adolescentes possam vir a ter uma qualidade de vida melhor e tratamento adequado.

A escola, então, e em especial o professor, tem um papel fundamental nesta identificação e quando bem orientado sobre os sintomas, conseqüências e conceitos sobre a violência doméstica, a partir de referencial teórico sério e fidedigno, é capaz de fazer a diferença na vida de uma criança abusada.

## **2 – A análise de artigos científicos: as informações que todos os professores deveriam saber**

Utilizou-se como metodologia, para esta pesquisa qualitativa do tipo documental, a análise de conteúdo, proposta por Bardin (1977) que propõe três fases cronológicas durante a pesquisa: a pré-análise; a exploração do material; o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

Trivínos (1992) observa que uma das peculiaridades essenciais da análise de conteúdo é “ser um meio para estudar as comunicações entre os homens, colocando ênfase no conteúdo das mensagens” (p.161), em especial, as escritas, que são “mais estáveis e constituem um material objetivo ao qual podemos voltar todas as vezes que desejamos” (p.161).

A partir deste princípio, foram selecionados os seguintes artigos para análise:

- BRINO; WILLIAMS (2003a) - Concepções da professora acerca do abuso sexual infantil. Retirado da revista *Cadernos de Pesquisa*, de São Paulo;
- BRINO; WILLIAMS (2003b) - Capacitação do educador acerca do abuso sexual infantil. Retirado da revista *Interação em Psicologia* de Curitiba;
- INOUE; RISTUM (2008) - Violência sexual: caracterização e análise de casos revelados na escola. Retirado da revista *Estudos de Psicologia* de Campinas.

Vale ressaltar que durante a pesquisa, foi encontrado um maior número de artigos ligados a área de saúde, em especial, aqueles publicados na revista do curso de enfermagem da USP de Ribeirão Preto. Observou-se também que os artigos nas áreas de ciências humanas e em educação foram escassos e não relacionavam a questão escolar ao abuso sexual.

Dos textos encontrados sobre violência doméstica, apenas um foi escrito por pedagogas, que o apresentaram como monografia do curso de psicopedagogia do IBPEX. Foram também encontrados textos que abordavam as especificidades das crianças expostas à violência conjugal. Os três textos analisados foram os únicos que relacionavam especificamente a violência sexual a questões educacionais circulando na Internet até abril de 2008, mês em que foi feita a última busca.

Dois dos textos analisados são da mesma autora, sendo que um é parte de sua dissertação do mestrado em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos e o outro de sua tese de Doutorado pela mesma instituição.

Foi considerado que a seleção de dois artigos de mesma autoria poderia interferir nos resultados da pesquisa, entretanto optou-se por mantê-los na análise devido a dois fatores: a escassez de artigos sobre a temática escolhida para a pesquisa e o reconhecimento destas autoras enquanto referências teóricas brasileiras na área de violência sexual.

No terceiro texto analisado, o destaque fica para a época em que foi publicado: jan-março de 2008, ou seja, período em que a pesquisa estava sendo realizada. As autoras são da Universidade Federal da Bahia e uma delas, conforme consta no artigo, pertence ao Programa de Pós-graduação em Psicologia.

A análise dos artigos mostrou que importantes considerações sobre a relação entre a violência sexual contra crianças e adolescentes e o contexto educacional podem ser feitas. Os três artigos buscaram: conhecer as informações que professores tem sobre a violência sexual, capacitá-los para atuarem mais adequadamente frente a esses casos e verificar a incidência, dentre casos de abuso sexual, de denúncias feitas por escolas.

Todos os artigos concordaram em afirmar que o contexto educacional ainda tem pouco conhecimento sobre esta temática e que apenas o fornecimento de informações não é suficiente para que haja mudanças de comportamento dos professores.

Apesar das diferentes abordagens teóricas utilizadas nos textos, observou-se que algumas temáticas foram recorrentes como, por exemplo, a menção aos possíveis sintomas apresentados pelas crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.

Notou-se, entretanto que BRINO; WILLIAMS (2003a) e BRINO; WILLIAMS (2003b) não trouxeram para a discussão a contextualização do lugar da violência sexual na sociedade atual. INOUE; RISTUM (2008) abarcaram mais informações, não chegando, no entanto a realizar uma reflexão pautada em referencial teórico amplo e consistente sobre o assunto.

Quando se objetiva levar os professores a mudarem sua postura e concepções diante do abuso sexual, torna-se imprescindível a realização de uma

reflexão mais aprofundada sobre o contexto político e social que levou a tal postura. Apenas assim uma ressignificação de conceitos pode ser efetivada com sucesso.

Sendo assim, pode-se constatar, com esta pesquisa que os textos analisados que abordam a temática da violência sexual contra crianças e adolescentes trazem informações importantes sobre o assunto, entretanto muito ainda tem-se que avançar no aspecto conceitual e contextual.

Uma possível hipótese para a dificuldade conceitual seja o esfacelamento do conhecimento em especialidades ou linhas teóricas que não se encontram ou não conversam entre si. Assim, textos oriundos da saúde não abordam aspectos sociais e culturais, textos baseados em uma perspectiva behaviorista tratam pouco das relações entre a violência e o contexto político-econômico-social. Por outro lado, textos pautados em uma leitura social, muitas vezes esquecem-se dos sintomas, da importância de pesquisas precisas ou de uma abordagem mais objetiva e atual sobre o assunto.

Pesquisas que se propõe a discutir produções teóricas podem contribuir para apontar esta limitação acadêmica/teórica da atualidade e oportunizar o surgimento de novas propostas mais integradoras para inclusive poder relacionar temáticas tão interrelacionadas como a violência sexual contra crianças e adolescentes e as diversas situações que podem ser encontradas no contexto educacional.

## **REFERÊNCIAS**

AMAZARRAY, M.R.; KOLLER, S.H. Alguns Aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual. *Psicologia, Reflexão e Crítica*, Porto Alegre. v.11, n. 3. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.com.br>. Acesso em: dezembro 2007.

ARAÚJO, M. F. Violência e abuso sexual na família. *Psicologia em Estudo*, Maringá. v. 7, n.2.. jul-dez, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.com.br>. Acesso em: dezembro 2007.

AZEVEDO, M. A. *Mulheres espancadas: a violência denunciada*. São Paulo: Cortez Editora, 1985.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. *Pele de Asno não é só História...: um estudo sobre a vitimização sexual de crianças e adolescentes em família*. São Paulo: Roca, 1988.

\_\_\_\_\_. *A Violência doméstica na infância e na adolescência*. São Paulo: Robe, 1995.

\_\_\_\_\_. (Org). *Crianças Vitimizadas: a síndrome do pequeno poder*. São Paulo: Iglu.2 ed. 2000.

BRINO, R. F.; WILLIAMS, L. C. A. Concepções da professora acerca do abuso sexual infantil. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.119, p.113-128, jul. 2003a.

BRINO, R. F.; WILLIAMS, L. C. A. Capacitação do educador acerca do abuso sexual infantil. *Interação em Psicologia*, Curitiba, v.02, n.7, p.1-10, jul. 2003b.

CAMINHA, R.M. Grupoterapia cognitivo-comportamental em abuso sexual infantil. In: Guilhardi, H. (Org). *Sobre Comportamento e Cognição: contribuições para a construção da teoria do comportamento*. v.09. Santo André: EseTec Editores Associados, 2002. p.322-335.

CHAUÍ, M. Participando do debate sobre mulher e violência. In: \_\_\_\_\_. *Perspectivas Antropológicas da Mulher*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

COHEN, C. O Incesto. In: AZEVEDO, M.A.; GUERRA, V.N.A. (Org). *Infância e Violência Doméstica: fronteiras do conhecimento*. São Paulo: Cortez, 1997. p.211-225.

CRUZ, L.; HILLESHEIM, B.; GUARESCHI, N. M. F. Infância e Políticas Públicas: um olhar sobre as práticas psi. *Psicologia e Sociedade*, Porto Alegre, v. 17, n. 3. p.42-49, set/dez. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.com.br>. Acesso em: dezembro 2007.

FAIMAN, C.J.S. *Abuso Sexual em Família: a violência do incesto à luz da Psicanálise*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.



FORWARD, S.; BUCK, C.A. *A traição da inocência: o incesto e sua devastação*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

FURNISS, T. *Abuso Sexual da Criança: uma abordagem multidisciplinar*. 2 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002

GABEL, M. *Crianças Vítimas de Abuso Sexual*. São Paulo: Summus, 1997.

INOUE, S. R. V. ; RISTUM, M. Violência sexual: caracterização e análise de casos revelados na escola. *Estudos de Psicologia*, Campinas, v.25, n.1. jan-mar, 2008.

PADILHA, M.G. S. Abuso Sexual contra Crianças e Adolescentes: considerações sobre os fatores antecedentes e sua importância na prevenção. In: Guilhardi, H. (Org). *Sobre Comportamento e Cognição: contribuições para a construção da teoria do comportamento*. v.10. Santo André: EseTec Editores Associados. 2002.

PARANÁ. Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente. *Política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente no Estado do Paraná*. Curitiba, 2001.

SAFFIOTI, H. I. B. No Fio da Navalha. In: MADEIRA, F. R. (Org). *Quem Mandou Nascer Mulher: estudos sobre as crianças e adolescentes pobres no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. 1997. p. 139-211.

TRIVINÕS, A. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas. 1992;

